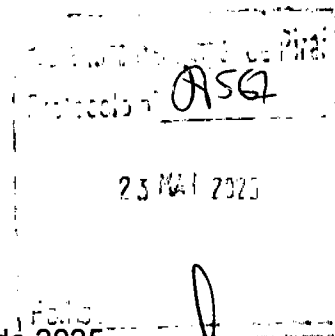




Câmara Municipal de Pirai
Estado do Rio de Janeiro
GABINETE DO PRESIDENTE



OFÍCIO Nº 146/2025

Pirai, 23 de maio de 2025.

Assunto: Informação (PRESTA)
Referência: Formulário (SOLICITAÇÃO OUVIDORIA)


Exmo. Senhor,

Inicialmente cumprimentando-o cordialmente, com vistas a atender à solicitação, venho perante Vossa Excia., encaminhar informações e documentos referentes a denúncia formulada através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, referente as questões que envolvem invasão da área pública por construção irregular em beira de lagos.

Em um primeiro momento, é necessário observar que determinadas questões objeto da denúncia formulada se encontram vinculadas a atos de gestão do Poder Executivo, razão pela qual, solicitamos expediente a Secretaria Competente para que adote medidas necessárias e pertinentes para verificação e solução do caso ora noticiado.

Aproveito o presente para renovar votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Moacir Gonçalves da Rocha Júnior
Presidente
Câmara Municipal de Pirai – RJ

Exmo. Senhor
Luiz Fernando de Souza
Prefeito Municipal de Pirai – RJ.



Câmara Municipal de Pirai
Estado do Rio de Janeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI
Protocolo nº 0945/2025
15 MAI 2025
Assinatura: *[Signature]*

Memorando Ouvidoria 20/2025

C.M.P. - PIRAI-RJ
Processo nº 0945
Rubrica *[Signature]* Fls 02

Ao

EXMO. PRESIDENTE MOACIR GONÇALVES DA ROHA JUNIOR

Câmara Municipal de Pirai-RJ

Assunto: Solicitação

Prezado Presidente,

Venho por meio deste encaminhar cópia da solicitação recebida e protocolada nesta Ouvidoria através do Sistema FalaBr 03710.2025.000012-09. Com data limite de 15 dias para resposta. Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e considerações

Respeitosamente.

[Signature]
Vitória Aparecida dos Santos Nascimento
Oficial Legislativo
Matr 2058-9

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Solicitação

Esfera: Municipal

NUP: 03710.2025.000012-09

Órgão Destinatário: Câmara Municipal de Pirai - Pirai/RJ

Órgão de Interesse:

Assunto: Agente Público

Subassunto:

Data de Cadastro: 14/05/2025

Situação: Cadastrada

Data limite para resposta: 13/06/2025

Canal de Entrada: Internet

Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)

Registrado Por: Cidadão

Tipo de formulário: Padrão

Serviço:

Outro Serviço:

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 0945

Rubrica 8/11 Fls 03

Teor da Manifestação

Extrato: Invasão de área pública por construção irregular em beira de lagos. O vereador camacho arrendou o antigo posto dominante e construiu um muro dentro de área pública (margem do lago) e fora dos limites do seu terreno. O muro está além do terreno e impede o livre acesso à margem do lago público. Infringe a legislação municipal sobre construção a beira de lagos e infringe o registro de imóveis pois avança sobre área pública e fora do limite do terreno. O local é atrás do antigo posto dominante, bairro caiçara.

Proposta de melhoria:

Município do local do fato: Pirai

UF do local do fato: RIO DE JANEIRO

Local: Atrás do antigo posto dominante, bairro caiçara

Anexos Originais

03710202500001209_arquivo_1.jpg

03710202500001209_arquivo_2.jpg

Não há anexos complementares.

Não há textos complementares.

C.M.P. - PIRAI-RJ.

Processo nº 0945

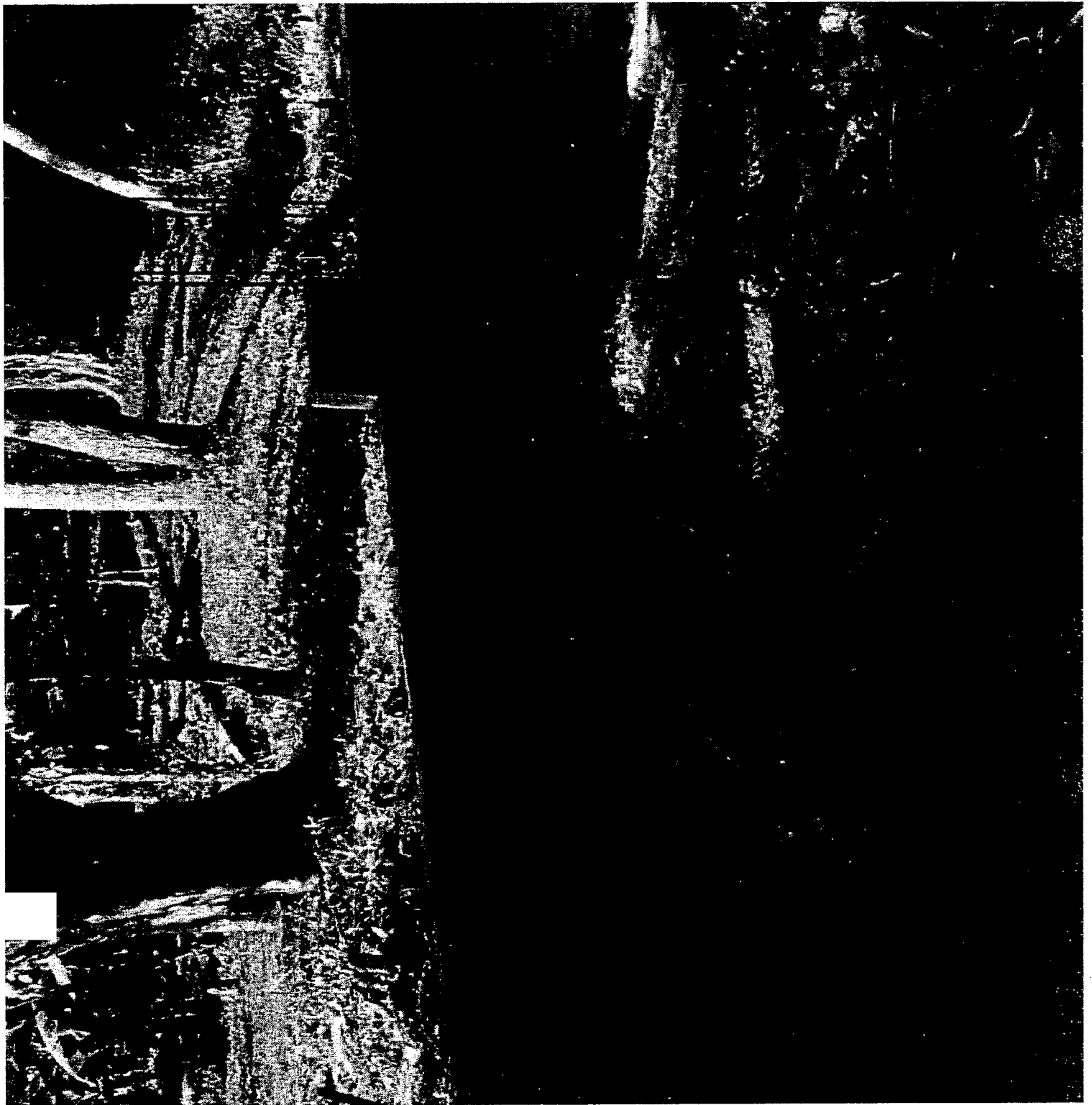
Rubrica SP Fls 04



C.M.P. - PIRAI-RJ.

Processo nº 0945

Rubrica SP Fis C5



C.M.P - PIRAÍ-RJ

Processo nº 245
Rubrica 94 Fls 06

Ao Exmo. Senhor Presidente

Segue solicitação.

Em 15/05/2025

J.C.

Juliana C. Ribeiro Pereira
Oficial Legislativo
Mat. 2092-3

A Direção Geral
Para ciência e
providências.

Em, 16/05/25

Moacir Gonçalves da Rocha Júnior
PRESIDENTE
Câmara Municipal de Piraí - RJ

As Controle Interno,

Ante. Solicito em conjunto com a
Procuradoria providências para cumprimento
do duto desta solicitação. Solicito
ainda que, os autos sejam remetidos à
esta direção geral para ciência de
Resposta.

Em 12/06/25

Nayane
Nayane Tamara Teixeira
Diretora Geral
Matricula 2074-5

A Procuradoria,
Para ciência. Oficiando para
para resposta do solicitado, com
ph. de do b.p.
Em, 20/05/2025.

Vania
Vania Alves Lima
Coordenador de Controle Interno
CRC RJ 097453/O-2
Matr 2135-8

A Procuradoria, C.I
Segue manifestação
Piraí-RJ, 21/05/2025
AT
Procurador Geral
MAT 2136-7



Câmara Municipal de Pirai
Procuradoria Jurídica

CMP - PIRAI/RJ
Processo Nº 945/25
Rubrica 04 Fls 07

Processo 0945/2025.

DOS AUTOS

Vieram os autos a esta Procuradoria Jurídica, tendo em vista denúncia formulada junto a Ouvidoria, através do sistema FalaBR, n.º 03710.2025.000012-09, noticiando suposta invasão de área pública por construção irregular em beira de lagos, que teria sido praticada pelo vereador Camacho, solicitando providências em relação a tais fatos.

Relatado os autos, passa-se a manifestar sobre o objeto deste procedimento.

Inicialmente, a fim de situar de forma correta a conclusão em relação ao tema abordado, deve-se primeiro, pontuar sobre a chamada atividade típica de fiscalização da Câmara Municipal, nos termos do art. 31, da CRFB/1988 (*Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*).

A atividade típica de fiscalização em apertada síntese se refere ao chamado controle externo, que tem por objeto **a função de fiscalizar os atos do Executivo Municipal (prefeito) e garantir o cumprimento das leis e a boa gestão do dinheiro público.**

A atividade fiscalizatória a qual o comunicante pretende utilizar, se refere ao chamado PODER DE POLÍCIA, poder esse que é a prerrogativa da Administração Pública, para restringir, condicionar ou disciplinar o exercício de direitos, interesses e liberdades individuais, visando proteger o interesse público, como a segurança, a saúde e a ordem pública.

Este poder permite ao Estado, por meio de atos normativos e concretos, regular a prática de atos e abstinências, garantindo o bem-estar social.

Esta Câmara Municipal possui a parte do Poder de Polícia, ligada à sua função típica de **LEGISLAR**, ou seja, elaborar, discutir e aprovar leis que regulam o município.



Assim, em relação ao PODER DE POLÍCIA, a Câmara Municipal fica adstrita a sua atividade típica, qual seja, criação de leis e regulamentações que visam garantir a ordem, a segurança e o bem-estar da população.

Já a parcela do PODER DE POLÍCIA de atuação do PODER EXECUTIVO, de impor restrições e condicionamentos à utilização de bens, atividades e direitos individuais, visando a proteção do interesse público.

E uma vez verificado eventual desrespeito, caberá ao PODER EXECUTIVO, fazendo uso do chamado PODER SANCIONADOR ou FISCALIZATÓRIO, que consiste na dever/prerrogativa da Administração Pública, de punir infrações administrativas, ou seja, atos que violam normas administrativas ou leis que regulam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública.

Portanto, evidencia-se que esta Casa de Leis não possui as atribuições necessárias, carecendo de uma forma de atuação em relação ao problema narrado pelo comunicante.

No entanto, esta Casa de Leis, não pode se omitir em relação a uma suposta ilegalidade noticiada, razão pela qual, deverá ser realizada a expedição de ofício para a Secretaria pertinente junto a Prefeitura Municipal, para que adote as medidas necessárias e pertinentes.

DA CONCLUSÃO

Desse modo, ante a total e plena ausência de atribuições para fiscalização do presente caso, opina pela expedição ofício para a Prefeitura Municipal, visando a adoção dos necessários atos para a verificação e solução do caso ora noticiado, devendo o respectivo ofício, ser instruído com cópia integral deste procedimento, bem como, informar ao Comunicante a medida adotada por esta Casa de Leis.

Pirai/RJ, 21 de maio de 2025.

Claudio Azevedo Improta

Procurador Geral da Câmara Municipal de Pirai

Matrícula 2136-7